

IMPACTOS DO ECOTURISMO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ, AM

Nelissa Peralta¹

RESUMO

O ecoturismo foi desenvolvido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá como uma alternativa econômica para as populações moradoras da área, com o objetivo de diminuir a pressão sobre os recursos naturais, incentivar a conservação e a melhoria da qualidade de vida. O presente estudo teve como objetivo investigar as mudanças sociais causadas pela atividade em duas comunidades ribeirinhas da área. Utilizou-se uma combinação de métodos qualitativos, como entrevistas abertas, história oral e observação participante e métodos quantitativos como entrevistas fechadas e análises estatísticas descritivas. O estudo demonstrou que embora a atividade não tenha sido desenhada para substituir outras atividades econômicas tradicionais, com o aumento da renda gerada através do ecoturismo, o custo de oportunidade da atividade agrícola aumentou e com isso, houve uma diminuição da produção de farinha para o consumo familiar por parte das famílias mais jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo, Impactos sociais, Agricultura familiar.

ABSTRACT

Ecotourism was developed as an economic alternative to part of the resident population of the Mamirauá Sustainable Development Reserve in Amazonas, Brazil. Its objective was to decrease pressure on natural resources, incentive conservation and improve the quality of life of local people. This study aimed to investigate the social changes promoted by ecotourism in two villages in the area. Combinations of qualitative and quantitative methods were used, such as participant observation, oral history, as well as structured interviews and descriptive statistical analysis. The study showed that, although the activity was not designed to substitute more traditional economic activities, with the increase in revenue generated by ecotourism, the opportunity costs of agricultural activity was raised, and therefore there was a decrease in the production of manioc flour for consumption in some young families involved with ecotourism.

KEY-WORDS: Ecotourism, Social impacts, Family agriculture.

¹ Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. e.mail: nelissa@mamiraua.org.br

INTRODUÇÃO

O ecoturismo é um segmento da indústria turística que deve promover a conservação dos recursos naturais e levar benefícios para as populações locais. De acordo com a Empresa Brasileira de Turismo (1994), “o ecoturismo é a atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. No centro do conceito de ecoturismo há uma proposta de sustentabilidade, de desenvolvimento econômico que minimiza seus efeitos negativos sobre o meio ambiente e sobre as populações locais.

Teoricamente o ecoturismo inclui a minimização de impactos ambientais e sociais negativos, contribui com a conservação e com o desenvolvimento local, além de promover a educação ambiental e o estabelecimento de códigos de conduta (HOONEY, 1999; EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO, 1994). Na realidade são muitos os efeitos ambientais e sociais adversos da atividade, que ainda carecem de pesquisas para determinar o nível de atendimento aos preceitos determinados por suas definições.

O projeto de ecoturismo estudado neste trabalho envolve uma população que pode ser chamada de camponesa, com algumas características específicas ao campesinato amazônico (SANTOS, 1980; LIMA-AYRES, 1992; FRAXE, 2000). O campesinato é

entendido como categoria social que corresponde ao pequeno produtor familiar que utiliza pouca tecnologia, que tem controle sobre os meios de produção e a organiza em bases familiares e relações de parentesco (CHAYANOV, 1966). Na sociedade camponesa não é possível separar as esferas econômica e familiar, dado que a unidade doméstica camponesa funciona tanto como unidade de produção quanto de consumo. O principal objetivo desta unidade de produção é assegurar a reprodução física e social de sua família e para isso é de vital importância garantir a reprodução da força de trabalho atendendo as suas necessidades de consumo. A principal fonte de trabalho é familiar, há uma multiplicidade de atividades econômicas que são divididas entre os membros da família camponesa, de acordo com gênero e idade.

A economia doméstica camponesa é caracterizada pela minimização dos riscos para garantir o consumo da família, que adota uma diversidade de atividades econômicas. Esta característica da economia doméstica camponesa tem sido apontada como a razão do sucesso de sua reprodução social em muitas sociedades (SAHLINS, 1997, CHAYANOV, 1966).

A população moradora das margens dos rios no Amazonas se identifica como ribeirinha e demonstra características do campesinato: os produtores organizam sua produção baseada em relações de parentesco, a produção é realizada segundo as necessidades de consumo da família, a unidade doméstica tem relações

com o mercado e sua renda é gerada através da venda de peixes, produtos agrícolas e madeira (PERALTA, 2005). Partindo desta descrição da comunidade 'tradicional' camponesa, veremos como a atividade de ecoturismo ao ser introduzida, modifica a realidade social das comunidades ribeirinhas em um período de cerca de cinco anos (1998 a 2003).

OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo investigar as mudanças ocorridas na agricultura familiar de duas comunidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM depois da implementação de um projeto de ecoturismo.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado em duas comunidades ribeirinhas da RDS Mamirauá, localizada na confluências dos rios Japurá, Solimões e Auati-Paraná, no Estado do Amazonas. Em uma área de várzea de 1.124.000 hectares. As duas comunidades estudadas estão localizadas em uma área da Reserva que fica próxima à sede do município de Alvarães na foz do Rio Japurá.

A comunidade de Vila Alencar está no Paraná do Jaquiri, margem esquerda do Rio Solimões. A comunidade tem cerca de 158 moradores distribuídos em 24 domicílios. Grande parte da população é formada por crianças e jovens. A comunidade do Caburini de Cima

está localizada em frente a uma grande praia na foz do Rio Japurá e tem 11 unidades domiciliares e cerca de 84 moradores. As principais atividades econômicas nas duas comunidades, segundo os moradores são a agricultura, os serviços turísticos, a pesca e o artesanato.

A pesquisa foi realizada entre 2003 e 2005 e utilizou uma combinação de métodos qualitativos: como entrevistas abertas, história oral e observação participante; e quantitativos como entrevistas fechadas e análises estatísticas descritivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes da implementação da Reserva e do início do Projeto Mamirauá em 1996, a população ribeirinha residente na área demonstrava baixos níveis de qualidade de vida: altas taxas de analfabetismo – 38% da população maior que 15 anos era analfabeta; uma renda familiar média anual de R\$ 979,00 e índices de mortalidade infantil de 86 óbitos por cada 1000 nascidos vivos (QUEIROZ; MOURA, 2003).

Para promover a melhoria da qualidade de vida da população local e a conservação da biodiversidade, uma série de alternativas econômicas foram implementadas na área da reserva, o projeto de ecoturismo foi uma destas alternativas. Desde 1999, a Pousada Flutuante Uacari recebe os hóspedes que visitam a Reserva Mamirauá. São sete comunidades rurais que participam da

atividade de ecoturismo, situadas próximas à Pousada Uacari. Seus residentes participam do projeto de ecoturismo de várias formas: na prestação de serviços de hotelaria e condução de visitantes, no gerenciamento da Pousada, nas tomadas de decisão através da Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo (AAGEMAM), fornecendo produtos para a Pousada, recepcionando turistas nas suas comunidades e vendendo artesanato.

A atividade de ecoturismo na RDS Mamirauá não foi idealizada para substituir as atividades produtivas tradicionais como a pesca e a agricultura, mas para ser uma fonte de renda extra para a população local (PERALTA, 2002). Para isso, e com o intuito de distribuir ao máximo os benefícios econômicos gerados, a Pousada tem cerca de 54 prestadores de serviços, que participam de um sistema de rodízio de trabalho, onde são chamados por vez, dependendo do número de turistas. A

associação de prestadores de serviços em ecoturismo – AAGEMAM – é a pessoa jurídica contratada para enviar prestadores de serviços à Pousada (PERALTA, 2005).

Desde o ano de 2002 o empreendimento produz excedentes que são divididos entre as comunidades do Setor (50%) e seu sistema de fiscalização comunitária (50%). Para ter acesso a este valor, cada comunidade elabora um projeto que é analisado, aprovado e monitorado por uma comissão formada de comunitários.

Desde 1998, o projeto de ecoturismo já gerou cerca de R\$ 600.000,00 para as comunidades. O poder de compra médio por família aumentou cerca de 148% em uma das comunidades amostrais que atua diretamente no projeto de ecoturismo (PERALTA, 2005). A renda gerada pelo projeto de ecoturismo na comunidade de Vila Alencar vem crescendo anualmente, como mostra a Figura 1.

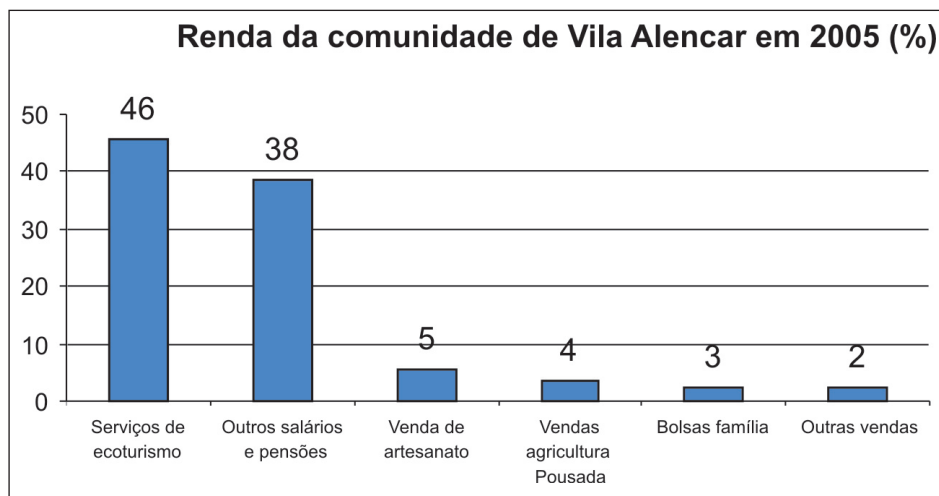


Figura 1 - Renda da comunidade de Vila Alencar gerada através do ecoturismo.

Do total da renda gerada pelas unidades domésticas na comunidade de Vila Alencar, cerca de 55% está ligada à atividade de ecoturismo, seja através da prestação de serviços ou da venda de produtos (Figura 2).

Embora, a atividade de ecoturismo seja proposta como uma fonte de renda extra, sem substituir as atividades tradicionais das famílias e não causando sua dependência em apenas uma atividade econômica (PERALTA, 2002), ao longo dos anos de implementação do projeto, viu-se que muitas famílias locais dependem do ecoturismo como principal fonte de renda. Isto interfere nos padrões de produção da unidade domiciliar, como será discutido a seguir.

A AGRICULTURA

Segundo os moradores locais, a agricultura tornou-se uma das principais atividades

econômicas da comunidade de Vila Alencar há cerca de trinta anos. Antes da criação da Reserva e da diminuição dos recursos naturais, as atividades mais desenvolvidas eram a pesca e a extração de madeira que eram os produtos valorizados pelos patrões e regatões e trocados por mercadorias de consumo básico, a agricultura era ainda pouco desenvolvida e a produção era voltada mais para o consumo. Segundo informações locais, “não tinha alternativa, era madeira e pesca nessa época, agricultura se ouvia falar bem pouco”.

A população local relata que nos anos 70 houve um processo de diminuição dos recursos naturais devido ao aumento da pressão sobre estes recursos, principalmente em relação aos estoques de peixes e de madeiras nobres. O movimento de preservação promovido pela Prelazia de Tefé em conjunto com as comunidades locais tinha por objetivo garantir

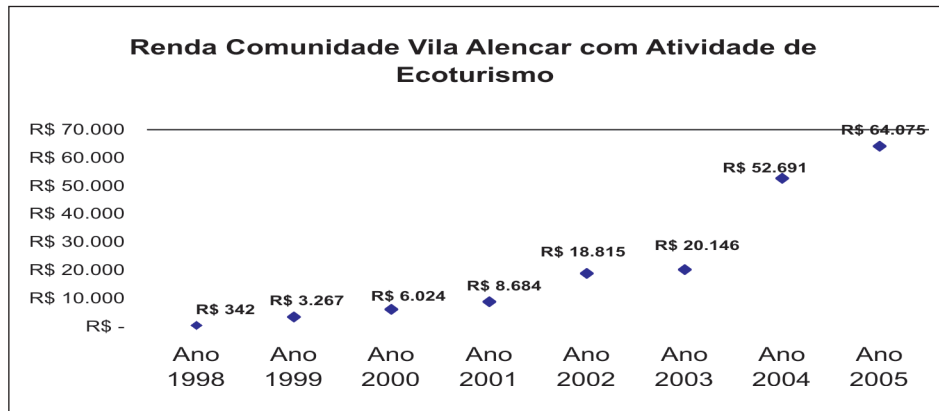


Figura 2 - Evolução da renda gerada através do ecoturismo para a comunidade de Vila Alencar.

Fonte: Banco de dados do programa de ecoturismo (IDSMS).

o consumo das famílias que moravam na área. Os moradores relatam que de 1975 a 1990 houve uma maior ênfase na produção agrícola voltada para o mercado e a agricultura passou a ser a principal atividade econômica. Com a criação da Reserva Mamirauá houve a consolidação do movimento de preservação de recursos naturais. Para garantir a sobrevivência da população local houve a aplicação de novas atividades econômicas. O ecoturismo, por exemplo, trouxe mais trabalho assalariado para a comunidade e a agricultura passou a ser desenvolvida principalmente para o consumo da unidade domiciliar e não para o mercado (1990 a 2005). O desenvolvimento do ecoturismo ajudou a manter este padrão produtivo, mas não foi a sua causa principal. Mas o aumento da renda através do trabalho assalariado com ecoturismo possibilitou que algumas pessoas deixassem de plantar até para seu próprio consumo (PERALTA, 2005)

A produção agrícola na comunidade de Vila Alencar é direcionada tanto para venda no mercado, quanto para o consumo da família. A média do tamanho das roças é de 0,20 hectares (DP=0,25; n=19), segundo informação dos entrevistados. Segundo a percepção dos moradores, a produção da farinha diminuiu com o passar dos anos, devido ao baixo preço do produto no mercado.

“Eu vejo assim que numa parte, quer dizer a gente teria mais produto pra agricultura, agora eu vejo assim que a nós não poderíamos estar vendendo bem, por causa que hoje

esses produtos da agricultura está dando um dinheiro, mas também ela não tem o preço alto, os preços dela são baixinho”. Homem, 54 anos, janeiro de 2005.

A produção agrícola para o mercado tem diminuído, segundo os próprios informantes e segundo dados secundários como em Sousa (1997) e Lima (2006). Isto tem reflexos bastante importantes sobre o custo de oportunidade da atividade agrícola. O custo de oportunidade se refere ao valor que se perde quando se escolhe um investimento específico e não outro, que acaba gerando um retorno maior. Ou seja, a escolha de determinada opção impede o usufruto dos benefícios que as outras opções poderiam proporcionar. O mais alto valor associado aos benefícios não escolhidos é entendido como um custo da opção escolhida, custo chamado “de oportunidade” (MCCONNELL; BRUE, 2001). O custo de oportunidade das atividades agrícolas pode estar aumentando, pois o valor recebido com a venda da produção da farinha no mercado é inferior ao valor recebido com o trabalho assalariado. Neste caso o turismo afeta as atividades econômicas tradicionais aumentando seu custo de oportunidade. Nota-se, por exemplo, no caso da farinha, o preço de mercado de um kg do produto custa em média R\$ 0,80 (preço na safra de 2003). Os informantes relataram que quando se planejam para vender farinha, conseguem produzir e vender cerca de uma tonelada. A produção de uma tonelada de farinha renderia R\$ 800,00 e absorveria o trabalho da família

durante grande parte do ciclo produtivo. Por outro lado, a prestação de serviços temporários como guia, por exemplo, rendeu em 2005 em média R\$ 2.213,00 para os comunitários por nove dias de trabalho ao mês.

Talvez devido a este fator foi observada a diminuição da produção de farinha para o consumo familiar, principalmente entre os casais mais jovens e aqueles que se dedicam ao ecoturismo.

A diminuição da produção da farinha impõe a necessidade de compra da farinha no mercado. A comunidade de Vila Alencar consome em média 28.835 kg de farinha ao ano (Banco de Dados de Consumo, IDSM). A produção de farinha da comunidade em 2005 foi de 10.100 kg (Banco de Dados Agricultura, IDSM), estima-se, portanto que houve a compra de 18.000 kg de farinha no valor de cerca de R\$ 28.103,00, o que equivale a 44% da renda gerada através da atividade de ecoturismo naquele ano.

Vemos, portanto, que por um lado houve uma renda alternativa gerada por uma nova atividade econômica, mas por outro lado, parte da renda está sendo investida na compra de um produto que era antes produzido ao menos parcialmente pela unidade domiciliar.

Mas este fato já está sendo notado pelas lideranças comunitárias que tentam incentivar a produção agrícola através dos ajuris e de reuniões comunitárias onde esta questão é discutida, como demonstra o relato a seguir:

“Agora esse ano passado todo mundo fez roça porque eles pensaram que o dinheiro que tinha para comprar farinha podia tá

comprando outras coisa para casa”.
Mulher, 30 anos, outubro de 2004.

Para determinar o grau de importância da agricultura para o sustento da unidade familiar, pedimos aos informantes para classificar as atividades econômicas de 0 a 5, sendo que 5 era atribuído à atividade considerada como a mais importante. Segundo os resultados obtidos nas entrevistas, as principais atividades econômicas na comunidade de Vila Alencar são a agricultura (29%), o ecoturismo (22%), a pesca (18%) e o artesanato (17%), nesta ordem. Nota-se que o ecoturismo, o artesanato e outros salários e pensões são igualmente importantes tanto na cheia quanto na seca. Já a pesca, a extração de madeira e a agricultura têm importância diferenciada dependendo da estação. A agricultura é mais importante na seca e a pesca é mais importante na cheia.

A comunidade de Caburini considerou as atividades de pesca (31%), ecoturismo (31%) e agricultura (28%) como as mais importantes. O artesanato (3%) e outros salários e pensões (7%) são considerados menos importantes pelos moradores, enquanto a extração de madeira não tem importância nenhuma para os moradores da comunidade de Caburini. Além disso, não há diferenciação entre a importância das atividades na seca e na cheia. Como citamos anteriormente, a economia camponesa se caracteriza por desenvolver uma diversidade de estratégias e atividades econômicas com o intuito de garantir o consumo e reprodução social da unidade domiciliar. Mas na análise acima, nota-se que a

comunidade de Caburini dá maior importância e tem maior dependência em um menor número de atividades econômicas. Enquanto na Vila Alencar, existe uma maior diversidade de atividades econômicas realizadas e sua importância está mais distribuída. A menor diversidade de estratégias econômicas na comunidade do Caburini pode aumentar os riscos relativos à garantia do consumo familiar. Se o ecoturismo for a principal atividade econômica da família, corre-se o risco de

perda de poder de consumo em tempos de crise da atividade.

A pesca é uma atividade geralmente relacionada aos homens, enquanto o artesanato às mulheres. A agricultura é trabalho de ambos, mas as roças são vistas como pertencentes aos homens (LIMA-AYRES, 1992). Desde o ano de 2002, houve um aumento das vendas de produtos agrícolas para a Pousada Uacari, conforme mostram dados apresentados Figura 3.

Tabela 1 - Renda gerada pela atividade de ecoturismo por tipo de atividade econômica no ano de 2004 nas comunidades de Vila Alencar e Caburini. Fonte: Banco de Dados Programa de Ecoturismo, IDSM.

Prestação de Serviços	Pesca	Agricultura	Artesanato	Total
R\$ 90.946	R\$ 8884	R\$ 8043	R\$ 8.497	R\$ 116.371
78%	7,6%	6,9%	7,3%	100,0

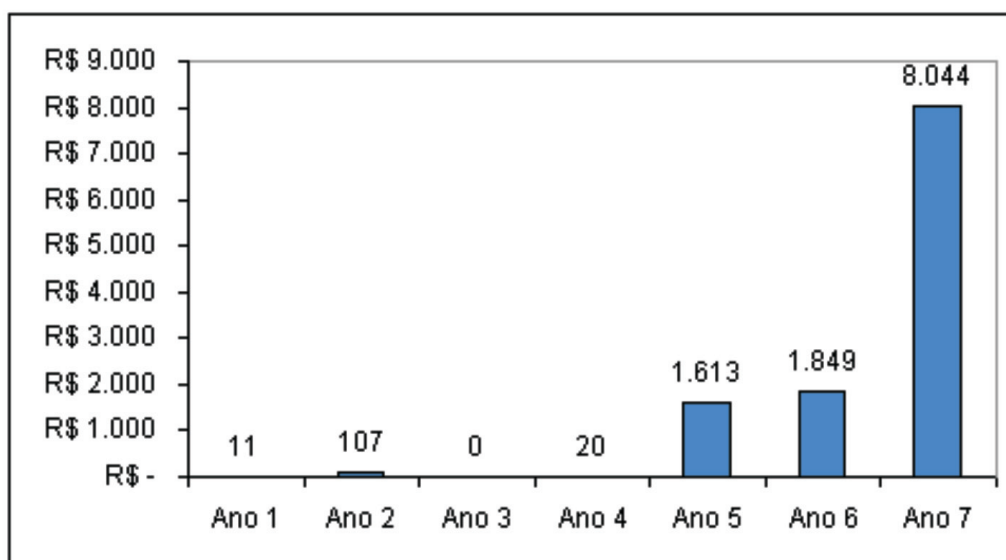


Figura 3 - Venda de produtos agrícolas das comunidades do Setor Mamirauá para a Pousada Uacari (1998 a 2004).

As mulheres cultivam em suas hortas e quintais que circundam as casas os produtos agrícolas vendidos pelas famílias à Pousada Uacari. Entre os anos de 1998 e 2004, cerca de 81% do total de produtos agrícolas foi vendido por mulheres.

“O ecoturismo tá bom. A gente plantava e não tinha para quem vender. Agora tudo que a gente planta a gente vende. Pra mim eu tô gostando, agora não estraga mais. Trabalhava tanto e não tinha como vender. Agora eu vendo toda semana um pouquinho. Foi uma benção pra nós porque todo tempo eu vivi de feira. Eu ia para Tefé e dormia na beira”. Mulher, 52 anos, outubro de 2004.

Além das questões citadas acima, há um aspecto importante em relação à agricultura que deve ser levado em consideração. As várzeas são florestas alagadas anualmente por rios de água branca, ricos em nutrientes. Os rios que circundam as várzeas transbordam e causam uma elevação de cerca de 12 metros no nível da água. Esta variação do nível da água significa que as áreas de várzea devem ser cultivadas anualmente. Todo o ciclo agrícola produtivo deve ser repetido anualmente requerendo assim uma grande quantidade de trabalho humano durante o ano todo.

Nesta região de várzea, os ribeirinhos têm a posse da terra garantida pelo trabalho investido no seu cultivo. Cada roça pertence a uma família desde que esta tenha investido seu trabalho no cultivo e manejo da terra. A terra

em si não pertence à unidade familiar, mas os benefícios gerados por ela são apropriados porque são resultados do trabalho investido pela família na terra. Mas devido ao regime de inundações anuais, o cultivo requer trabalho intenso e constante durante o ano todo. Para receber os benefícios do trabalho na terra, a família deve estar sempre atenta à dinâmica das águas porque a inundação pode vir e “levar tudo embora”. As plantações não são perenes e é sempre necessário trabalhar todo o ciclo a cada ano, ou “recomeçar a cada ano” (ALENCAR, 2002; NEVES, 2003). Para plantar e colher é necessário estar próximo, em constante contato com a terra, estabelecendo um vínculo que é determinado pelo trabalho.

As relações sociais com a terra podem ser afetadas se as pessoas deixam de cultivar as capoeiras deixadas por seus pais, já que a posse da terra é determinada pelo trabalho investido na mesma. É esse trabalho que determina o seu direito de uso. Historicamente as relações de parentesco garantiram a posse da terra dentro de uma família. Mas segundo Lima-Ayres (1992) as relações de parentesco asseguram controle da terra apenas se os sucessores de uma família continuam produzindo naquela área. O direito de uso pode ser perdido se não houver o vínculo com a terra assegurado pelo trabalho. Muitas das jovens famílias estudadas em ambas as comunidades, têm no trabalho assalariado sua fonte principal de sustento e não possuem capoeiras para cultivar roças para seu consumo.

Além das relações de parentesco, o vínculo social estabelecido com a terra é também o que historicamente determinou o pertencimento. Os laços de parentesco e o vínculo com a terra dão o direito à residência na comunidade e ao acesso aos recursos naturais. Estes direitos podem ser comprometidos caso, as famílias percam a posse da terra. Poderia a falta de uso da terra resultar em uma perda do vínculo social com a terra e por consequência, a perda do direito de uso? Se isso acontecer que outro tipo de vínculo social será estabelecido com o lugar? Se nos referimos ao conceito de população tradicional, como aquela que tem “dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um modo de vida” (DIEGUES, 1994), observamos que a perda do vínculo social com a terra pode também afetar esta condição de população tradicional, que dá direito ao grupo de residir e utilizar os recursos da unidade de conservação. Muitas famílias que trabalham com ecoturismo estão perdendo este vínculo social com a terra para agricultura. Isto pode afetar a questão da permanência na comunidade, pois a residência na comunidade (que determina o direito ao trabalho assalariado com ecoturismo), também implica em uma série de normas de comportamento, como a ajuda mútua e a reciprocidade de trabalho e produtos. Nas comunidades estudadas, observamos alguns conflitos em relação ao direito de trabalho com o ecoturismo, face à falta de participação destas pessoas nas atividades das comunidades, inclusive ajuris organizados. Informantes

alegam que alguns membros da associação de prestadores de serviços, não permanecem muito tempo na comunidade.

“Eles não querem colaborar com a comunidade, quer só usar o nome da comunidade pra dizer que ta morando lá. Pra ter esse direito de trabalhar tem que participar das reuniões, ajudar. Os que não participam devem pensar que não tem nada a ver com a comunidade. O trabalho surgiu através da comunidade, tem que ser falado pra AAGEMAM. Essas pessoas têm que saber. Quero que vocês lembrem a importância das comunidades nas reuniões com eles, isso pode fortalecer o trabalho do presidente”. Homem, 33 anos, janeiro de 2005.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa mostrou que o ecoturismo teve efeitos diferenciados sobre a produção agrícola nas comunidades de Vila Alencar e Caburini. Por um lado intensificou uma tendência de diminuição da produção de farinha para o consumo doméstico, principalmente entre as famílias mais jovens e aquelas que se dedicam à prestação de serviços. Além disso, algumas famílias que têm no trabalho assalariado sua principal fonte de sustento, deixaram de produzir farinha para seu próprio consumo. Por outro lado, a atividade incentivou a diversificação do plantio de espécies agrícolas e o aumento da renda gerada através da venda de produtos à Pousada Uacari.

A diversidade de estratégias econômicas é uma característica importante para a economia doméstica camponesa e tem sido a razão do sucesso de sua reprodução social em muitas sociedades (CHAYANOV, 1966). Se uma atividade econômica modifica a diversidade de estratégias econômicas realizadas por determinada comunidade camponesa, pode estar interferindo na sua reprodução social. O ecoturismo pode concentrar a dependência econômica da comunidade em uma só atividade, mas pode também diversificar as estratégias econômicas provocando uma sinergia com outras atividades como o artesanato, a agricultura e a pesca.

Quando as pessoas deixam de cultivar, as relações sociais com a terra são afetadas e o direito de uso pode ser perdido se não houver o vínculo com a terra assegurado pelo trabalho. As lideranças comunitárias estão atentas a estas questões e procuram promover a agricultura familiar na comunidade. Além disso, o programa de ecoturismo do IDSM tem promovido ações para mitigar estes impactos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Terra caída: encanto, lugares e identidades**. 2002. 245 f. Tese (Doutorado em Antropologia)-Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

CHAYANOV, A. V. On the Theory of Non-Capitalist Economic Systems. In: CHAYANOV, A. V. **The Theory of peasant economy**. Illinois: The American Economic Association/Richard Irwin, 1966.

DIEGUES, A. C. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB; USP. 1994. 163 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994. 48 p.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000. v.1. 192 p.

HOONEY, M. **Ecotourism and sustainable development**. who owns paradise? Washington: Island Press, 1999. 405 p.

LIMA, D. M. . A economia doméstica na várzea de Mamirauá. In: ADAMS, C.; R.S.S. MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W. A. (Org.). **Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 141-168.

LIMA-AYRES, D. **The social category caboclo**: history, social organization, identity and outsider's local social classification of the rural population of an Amazonian region. 1992. Tese (Doutorado) - Universidade de Cambridge, 1992.

MCCONNELL, C. R.; BRUE, S. L. **Macroeconomia: princípios, problemas e políticas**. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 419 p.

NEVES, D. P. **Os ribeirinhos e a reprodução social sob construção**. Rio de Janeiro;Belém: Boletim Rede Amazônia, 2003. p. 47-59.

PERALTA, N. Implantação do Programa de Ecoturismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas, Brasil. **OLAM** – ciência e tecnologia, v.2, n. 2, p. 169-193, 2002.

PERALTA, N. **Os ecoturistas estão chegando:** aspectos da mudança social na RDS Mamirauá, 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém,. 2005.

QUEIROZ, H.; MOURA, E. **Investimentos das pesquisas na melhoria da qualidade de vida das populações ribeirinhas.** Tefé: IDSM. 2003. Manuscrito. 18 p.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção. **MANA**, v.3, n.1,p. 103-150, 1997.

SANTOS, R. **História econômica da amazônia:** 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 358 p.

SOUSA, M. **A participação política de homens e mulheres na implantação de uma reserva ecológica na Amazônia:** papéis sociais, divergências e convergências. 1997, 65 f. Monografia (Especialização em Teoria Antropológica) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.